



PROCESSO Nº	211.202-7/2025
INTERESSADO	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO
ASSUNTO	ALTERA DISPOSITIVO DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, APROVADO PELA RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 16, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021
RELATOR NATO	CONSELHEIRO PRESIDENTE SÉRGIO RICARDO
SESSÃO DE JULGAMENTO	27/11/2025 – PLENÁRIO PRESENCIAL (EXTRAORDINÁRIA)

EMENDA REGIMENTAL Nº 11/2025 – PP

Altera dispositivo do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, aprovado pela Resolução Normativa nº 16, de 14 de dezembro de 2021.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, especialmente aquelas conferidas pelo artigo 3º da Lei Complementar Estadual nº 269/2007 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso) e pelos artigos 296, inciso II, e 303, inciso I, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (Resolução Normativa nº 16/2021);

CONSIDERANDO que a estrutura de competências do Tribunal de Contas deve espelhar, em sua plenitude, a hierarquia funcional e o grau de responsabilidade inerente a cada cargo, assegurando que as decisões de maior impacto e complexidade sejam proferidas por aqueles investidos da mais elevada autoridade deliberativa;

CONSIDERANDO a necessidade de reforçar a segurança jurídica e a autoridade das decisões do Pleno, concentrando nos Conselheiros, titulares por nomeação constitucional e legal, a competência para o julgamento de matérias de maior relevância e repercussão, em conformidade com o princípio da estrita legalidade;





CONSIDERANDO que a figura do Auditor Substituto de Conselheiro, de inestimável valor para a celeridade processual, tem sua atuação técnica e instrutória mais bem aproveitada nas fases de instrução e preparo dos processos, cabendo a uniformização da jurisprudência e o julgamento definitivo aos membros que compõem o órgão de direção máxima do Tribunal;

CONSIDERANDO, outrossim, que a repactuação das competências visa otimizar a distribuição de trabalho, potencializar as especialidades de cada carreira e conferir maior legitimidade democrática e técnica aos atos de julgamento de última instância no âmbito do Tribunal.

RESOLVE, por unanimidade:

Art. 1º A Resolução Normativa nº 16/2021 passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 84.

I -

.....

d) os órgãos e as entidades da Administração Indireta dos Municípios;

.....

II -

.....

b) (Revogado);” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Regimental entra em vigor a partir de sua publicação.

Participaram da deliberação os Conselheiros **ANTONIO JOAQUIM, JOSÉ CARLOS NOVELLI, VALTER ALBANO, WALDIR JÚLIO TEIS, CAMPOS NETO** e **GUILHERME ANTONIO MALUF**.

Presente, representando o Ministério Público de Contas, o Procurador-geral **ALISSON CARVALHO DE ALENCAR**.





Tribunal de Contas
Mato Grosso

SECRETARIA-GERAL DE PROCESSOS E JULGAMENTOS

Telefone(s): 3613-2945 / 3324-4348 / 3324-4349

e-mail: segeproju@tce.mt.gov.br

Publique-se.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2025.

(assinaturas digitais disponíveis no endereço eletrônico: www.tce.mt.gov.br)

CONSELHEIRO SÉRGIO RICARDO – Relator Nato
Presidente

ALISSON CARVALHO DE ALENCAR
Procurador-geral de Contas

